



Inovação e crescimento sustentado

NATALIA PAIM E
ROBERTO NICOLSKY

Assessora e diretor-geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec)

O Brasil tem comemorado nos últimos anos bons resultados em sua balança comercial, mas outros indicadores importantes relacionados ao crescimento econômico mostram que a festa pode acabar cedo. Nos últimos 10 anos, caímos do quarto para o 22º lugar no ranking de produtividade industrial da CNI — a pior posição desde a segunda metade da década de 80. No ano passado, caímos seis posições no ranking do Fórum Econômico Mundial, que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para melhorar sua competitividade: estamos em 52º lugar, atrás da China, Índia, África do Sul e Chile. A cada ano que passa, ficamos mais atrás na corrida internacional pelas patentes, mesmo em comparação com os países considerados, como nós, emergentes. Além da Coreia e Taiwan, que desde a década passada vêm brilhando nessa competição, mais recentemente estamos sendo atropelados também pela China e pela Índia.

Não é por acaso que o crescimento do PIB brasileiro em 2005 foi pífio, tanto em relação à média mundial (4,3%) quanto à dos países emergentes (6,4%) e da América Latina (4,3%). Nosso crescimento de 2,3% só foi superior, no continente, ao do paupérrimo Haiti. Esse é o resultado de uma longa sucessão de governos preocupados apenas

com o curto prazo e insensíveis em relação a políticas sustentadas de apoio à inovação tecnológica. O barato de hoje pode sair muito caro amanhã, pois na sociedade do conhecimento não basta que as indústrias disponham de meios de produção para ter acesso a mercados. Elas precisam também, e principalmente, ter a propriedade intelectual daquilo que produzem. Os países asiáticos que mais crescem no mundo já perceberam isso e nos últimos anos vêm galgando rapidamente posições no ranking mundial de patentes.

Pelas estatísticas do escritório norte-americano de patentes, no período 1980-2004 houve queda no crescimento do número de patentes concedidas aos países do G7 (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão). Por seu lado, entrou em franca ascensão o número de patentes concedidas a países em desenvolvimento. Em 1980, o Brasil estava praticamente igualado aos emergentes asiáticos na corrida das patentes. Tivemos 28 patentes concedidas no Uspto, número exatamente igual ao da China, enquanto a Coreia teve 65, Taiwan 8 e Índia 4. Em 2004, Taiwan e Coreia já haviam disparado, destacando-se como grandes patenteadores mundiais (4º e 5º lugar, respectivamente, no ranking do Uspto); a China obteve a concessão de 715 patentes; a Índia 363, e o Brasil, na lanterna, teve apenas 106 patentes concedidas.

Nem toda patente corresponde a uma invenção. Ao contrário, a grande maioria decorre de pequenas inovações realizadas em equipamentos e processos já consagrados. Esse conceito da inovação

discreta, porém contínua, sistemática, praticado há meio século pelo Japão do pós-guerra, hoje comprova sua força nos resultados econômicos dos países emergentes asiáticos. Ele foi expresso de maneira precisa pelo principal ideólogo do desenvolvimento tecnológico da Coreia, Linsu Kim, autor do livro *Da imitação à inovação*: enquanto nos países desenvolvidos o padrão de desenvolvimento tecnológico consiste em “aprender pesquisando”, por meio de articulações entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, nos países em desenvolvimento, ao contrário, o caminho é “aprender fazendo” e praticar a engenharia reversa (desmontar o equipamento adquirido para aprender a construí-lo incorporando inovações).

Mesmo quando se elege o emprego como prioridade maior, como alardeou o governo Lula, relegar a inovação tecnológica na empresa a uma posição secundária conduz a maus resultados. Foi o que comprovou o ranking da CNI ao constatar que o crescimento do emprego na indústria, por não ter puxado um crescimento equivalente da produção, levou à queda de produtividade. Inovação tecnológica na indústria gera emprego. Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que o grupo de empresas que mais inovam no Brasil aumentou em 29% seus postos de trabalho no período 2000-2004, contra 19% correspondentes à média do setor industrial. Isso porque a empresa inovadora cresce mais, contribuindo de forma sustentada para o desenvolvimento econômico e social.